



Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Rafael" and "Gracia".

Centro Social e Paroquial da Vila de Salzedas

| Relatório de Contas e Atividades do ano de 2017

| Salzedas, 17 de Março de 2018

» **Introdução:**

Tal como é do conhecimento geral, Portugal tem vindo a atravessar uma grave crise económica que nos coloca, enquanto Instituição da Economia Social e Solidária, numa das encruzilhadas mais determinantes da nossa história recente.

É fundamental que as IPSS`S demonstrem a sua histórica capacidade em adaptar-se a novas circunstâncias e a responder às necessidades atuais dos seus Utentes, Associados e Colaboradoras, exigindo-se do movimento associativo uma reação de iniciativa e empreendedorismo, coesa e unida.

O Centro Social e Paroquial da Vila de Salzedas, Instituição Particular de Solidariedade Social, nasce com objetivo de responder socialmente as necessidades da freguesia da Vila de Salzedas e do Concelho de Tarouca.

Apesar de todas as dificuldades financeiras que o país e o mundo atravessam, vimos a construção do Centro Social uma realidade.

Podemos neste momento afirmar, que apesar de todos os constrangimentos e dificuldades sentidas, esta instituição tem já mais de um ano de atividades em pleno e muito promete.



»» Caraterização da entidade

Nome: Centro Social e Paroquial da Vila de Salzedas

NIF: 506603571

NISS: 20018621364

Morada: Av. Manuel Pinto Lucena nº 26, 3610- 073 Salzedas

E-mail: centrosocialsalzedas@gmail.com

Forma Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social

Órgãos Sociais

Direção

Presidente: Pe. Adriano Filipe de Assis

Secretário: Rosália Lucena Botelho

Tesoureiro: Rui Miguel Correia Cardoso

Vogal: Maria da Graça Ferreira

Vogal: Pedro Manuel Machado Custódio

Conselho Fiscal:

Presidente: António Ribeiro Almeida

Vogal: Sara Alexandra Cunha

Vogal: Mara da Glória Santos

Handwritten notes in blue ink:
L. Botelho
Machado
M. -

»» Descrição da entidade e dos seus serviços

O Centro Social e Paroquial da Vila de Salzedas tem celebrado com o Instituto de Segurança Social protocolo para as valências de: Centro de Dia e Apoio Domiciliário. Estão protocolados na valência de Centro de Dia 8 lugares e na valência de Apoio Domiciliário 8 lugares.

Em, 31 de dezembro o número de utentes a frequentar a instituição eram:

Valência	Centro Dia	Apoio Domiciliário
Número de utentes	18	10

Handwritten signature and initials in blue ink.

»» Atividades desenvolvidas

Durante 2017 desenvolvemos as seguintes atividades com os nossos utentes:

- Passeio ao Santuário do Bom Jesus -Braga;
- Passeio ao Santuário de São Bento Da Porta Aberta;
- Realização de 3 almoços de angariação de fundos;
- Desenvolvemos atividades semanais que têm como objetivo proporcionar uma vida mais ativa e criativa, melhorando as relações e a comunicação entre os Utentes e que por sua vez, desenvolvem a autonomia pessoal de cada um;
- Festa de Natal;
- Participação em Seminários relativos a patologias já diagnosticadas nos nossos Utentes;
- Comemoração de Aniversários;
- Comemoração de Dias Internacionais;
- Atividades manuais para decoração do Centro, em conformidade com a época do ano e também para venda;
- Realização do evento “Sopa da Cantina”;
- Realização de Atividades Agrícolas para os utentes mais autónomos.



»» Apresentação das contas

As Demonstrações Financeiras da Instituição foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março com as alterações da Portaria 220/2015.

O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação clara e fiável acerca da posição e do desempenho financeiro de uma determinada entidade que seja útil nas respetivas tomadas de decisões económicas, permitindo, simultaneamente, mostrar os resultados da gestão e dos recursos que lhes foram confiados e colocados à disposição.

Para satisfazer estes objetivos, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca dos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos e outras alterações do capital próprio.

As informações, contidas em mapas como o balanço, a demonstração de resultados, juntamente com informação contida nas notas explicativas (ABDR), ajudam a perceber as demonstrações financeiras.

As demonstrações económico-financeiras revelam:

- ✓ A situação patrimonial e financeira, bem como o grau de cumprimento das obrigações para com terceiros;
- ✓ A situação económica e a capacidade de gerar excedentes;

Para tal, a preparação exige várias categorias de demonstrações financeiras:

- ✓ Balanço;
- ✓ Demonstração dos Resultados;
- ✓ Balancetes

Adotam-se como características qualitativas da informação:

- ✓ A relevância;
- ✓ A fiabilidade;
- ✓ A comparabilidade.

A relevância tem a ver com a capacidade da informação em influenciar as decisões dos seus utilizadores, ajudando-os a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou a corrigir as suas avaliações passadas. A objetividade e rapidez da informação constituem os elementos fundamentais.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Shaco'.

RELATÓRIO DE CONTAS DO ANO DE 2017

A fiabilidade consiste na característica que a informação tem de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios. Assim, deve ser capaz de evidenciar de forma apropriada a realidade que tem por finalidade representar ou se espera que represente. Para que a informação seja fiável, os factos devem ser registados de acordo com a sua substância e realidade económica e financeira e não apenas com base na sua forma legal ou documental.

A comparabilidade deve ser entendida como a característica da informação financeira em ser confrontada com os impactos financeiros de operações similares quer no tempo, quer no espaço. A comparabilidade no tempo leva a que, numa dada unidade, os factos sejam registados de forma consistente ao longo dos vários períodos. Desta forma, será possível acompanhar, durante a sua vida, a evolução e tendências na posição financeira e nos resultados das operações realizadas.

Por fim, tendo em consideração os elementos anteriores, as contas anuais devem dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados.

Não obstante ao que foi anteriormente referido, a gestão do Centro Social e Paroquial da Vila de Salzedas (CSPVS) assenta num conjunto de pressupostos fundamentais, orientados para a sustentabilidade de cada uma das ações, com o forte propósito de manter o equilíbrio da instituição, assumindo o compromisso de garantir capacidade de investimento.





Análise à Demonstração de Resultados

No que concerne aos rendimentos da entidade verifica-se um aumento dos mesmos, fruto do aumento do número de utentes.

Quanto as contas de FSE'S, constata-se o aumento das mesmas, comparativamente ao ano anterior, fruto do aumento dos utentes que por sua vez aumenta esta rubrica.

Quanto aos gastos com pessoal, estes aumentam o seu valor fruto da contratação de 1 recurso humano para o Quadro de Pessoal da Instituição.

Os gastos de financiamento são uma das rubricas com um peso significativo, mas, mantém-se praticamente inalteráveis no seu valor.

Análise ao Balanço

No que respeita as contas do Balanço, demonstração financeira que nos indica a posição financeira da entidade pode verificar-se a existência de um passivo de 336.113,43€, que se refere aos empréstimos contraídos para a Obra do Edifício Centro Social e Paroquial da Vila de Salzedas e o Contrato de Locação das Viaturas Ligeiras (2).

Os restantes valores das rubricas do passivo são fruto da atividade corrente da Instituição.

Nas contas do ativo encontra-se refletido em "ativos fixos tangíveis" o edifício da Instituição que se cifra em 576.38421,17€, bem como os subsídios ainda por receber do Instituído de Emprego e Formação Profissional, no valor de 14.076,21€ referente a colaboradores que desempenham funções inseridas em medidas do IIEFP e do Protocolo com o Município de Tarouca, ainda por receber o valor de 3.000,00€.

»» Aplicação de Resultados

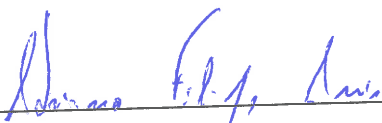
O valor do resultado líquido do exercício é de (-19.642,53) euros, que irá para os resultados transitados.

»» Perspetivas Futuras

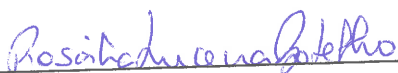
Prevê se a continuação do funcionamento do centro de dia e do apoio domiciliário para o ano de 2018, conjuntamente com uma estrutura de gastos equilibrados inerentes ao funcionamento do Centro Social.

Salzedas, 17 de março de 2018

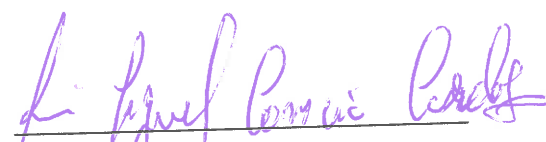
A Direção do CSPVS



(Presidente)

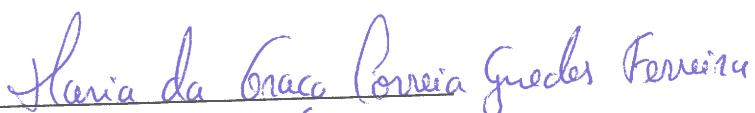


(Secretário)



(Tesoureiro)

(Vogal)



(Vogal)



Centro Social Paroquial
da Vila de Salzedas

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	5
Anexo	6
1. Identificação da Entidade	6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	6
3. Principais Políticas Contabilísticas	6
3.1. Bases de Apresentação.....	6
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	15
5. Ativos Fixos Tangíveis	15
6. Locações.....	16
7. Custos de Empréstimos Obtidos.....	17
8. Rédito/Rendimento	17
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	19
10. Benefícios dos empregados.....	19
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19
12. Outras Informações	20
12.1. Fundos Patrimoniais	20
12.2. Fornecedores, membros, outras contas a receber e a pagar e pessoal.....	20
12.3. Diferimentos	21
12.4. Caixa e Depósitos Bancários	21
12.5. Estado e Outros Entes Públicos	21
12.6. Fornecimentos e Serviços externos.....	21
12.7. Outros Gastos	22
12.8. Gastos reversões de depreciação ou amortização	23
12.9. Outros Passivos Correntes.....	23
12.10. Outros ativos Correntes.....	23
12.11. Situação dos contratos de empréstimo e locações	24
12.12. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	25
12.13. Acontecimentos após data de Balanço	25

[Handwritten signature]
R. B. Silva
M. A. C. Silva
Edgar D.

Balanço

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 15 de 2017

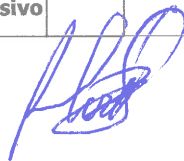
Rubricas	Notas	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	576 384,21	601 732,17
Investimentos financeiros		215,25	104,19
Subtotal		576 599,46	601 836,36
Activo corrente			
Créditos a receber	12.2	510,60	0,00
Estado e outros entes públicos	12.5	538,90	561,35
Diferimentos	12.2/12.10	1 566,36	4 851,87
Outros ativos correntes	12.3	33 899,51	15 351,14
Caixa e depósitos bancários	12.4	2 337,06	73,34
Subtotal		38 852,43	20 837,70
Total do ativo		615 451,89	622 674,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.1	259,87	485,65
Resultados transitados		-44 943,90	-31 309,33
Ajustamentos / Outras variações de fundos patrimoniais	12.1	324 708,66	309 851,42
Subtotal		280 024,63	279 027,74
Resultado líquido do período		-19 643,52	-13 634,57
Total do capital próprio		260 381,11	265 393,17
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12.11	336 113,43	337 515,94
Subtotal		336 113,43	337 515,94
Passivo corrente			
Fornecedores	12.2	2 154,40	4 195,95
Estado e outros entes publicos	12.5	484,89	307,88
Financiamentos obtidos	12.11	0,00	5 250,00
Diferimentos	12.3	9 432,50	4 883,09
Outros passivos correntes	12.2/12.9	6 885,56	5 128,03
Subtotal		18 957,35	19 764,95
Total do Passivo		355 070,78	357 280,89
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		615 451,89	622 674,06

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência



O Contabilista Certificado



Demonstração dos Resultados por Naturezas

N.º
RBB
M.ª
Edição

Demonstração dos resultados por naturezas em 13 de 2017

(ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	51 444,45	34 472,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8/9	52 712,69	52 047,28
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.12	-25 310,52	-20 381,44
Fornecimentos e serviços externos	12.6	-24 425,03	-17 144,16
Gastos com o pessoal	10	-46 011,93	-35 115,07
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	8	14 666,87	14 117,34
Outros gastos	12.7	-1 754,07	-2 359,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		21 322,46	25 636,85
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	12.8	-25 347,96	-24 115,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-4 025,50	1 521,02
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	7	-15 618,02	-15 155,59
Resultado antes de impostos		-19 643,52	-13 634,57
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-19 643,52	-13 634,57

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]


Centro Social Paroquial da Vila de Salzedas

Moeda: EUR
Contribuinte: 506603571

Relatório dos resultados por naturezas e em valências 13 de 2017

Rendimentos e Gastos	Naturezas		Valências do CSPVS			
	2017	2016	CD de 2017	SAD de 2017	CD de 2016	SAD de 2016
Vendas e serviços prestados	51 444,45	34 472,00	36 011,12	15 433,34	24 130,40	10 341,00
Subsídios, doações e legados à exploração	52 712,69	52 047,28	36 898,88	15 813,81	36 433,10	15 614,18
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-25 310,52	-20 381,44	-17 717,36	-7 593,16	-14 267,01	-6 114,43
Fornecimentos e serviços externos	-24 425,03	-17 144,16	-17 097,52	-7 327,51	-12 000,91	-5 143,25
Gastos com o pessoal	-46 011,93	-35 115,07	-32 208,35	-13 803,58	-24 580,55	-10 534,52
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	14 666,87	14 117,34	10 266,81	4 400,06	9 882,14	4 235,20
Outros gastos	-1 754,07	-2 359,10	-1 227,85	-526,22	-1 651,37	-707,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	21 322,46	25 636,85	14 925,72	6 396,74	17 945,80	7 691,06
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-25 347,96	-24 115,83	-17 743,57	-7 604,39	-16 881,08	-7 234,75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-4 025,50	1 521,02	-2 817,85	-1 207,65	1 064,71	456,31
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-15 618,02	-15 155,59	-10 932,61	-4 685,41	-10 608,91	-4 546,68
Resultado antes de impostos	-19 643,52	-13 634,57	-13 750,46	-5 893,06	-9 544,20	-4 090,37
Impostos sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-19 643,52	-13 634,57	-13 750,46	-5 893,06	-9 544,20	-4 090,37

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência 
O Contabilista Certificado 

Demonstração dos Fluxos de Caixa

[Handwritten signature]
Edgardo
Braga
Edgardo

Entidade: Centro Social e Paroquial da Vila de Salzedas
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		DEZEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		50 957,15	33 934,06
Pagamentos a fornecedores		(47 763,49)	(33 956,77)
Pagamentos ao pessoal		(55 766,52)	(35 899,26)
Caixa gerada pelas operações		(52 572,86)	(35 921,97)
Outros recebimentos/pagamentos		29 242,44	77 705,90
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(23 330,42)	41 783,93
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(634 297,31)	(96 615,68)
Investimentos financeiros		(215,25)	(104,19)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		223 723,03	14 077,76
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(410 789,53)	(82 642,11)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		336 113,43	70 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		259,87	
Doações		115 628,39	
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(15 618,02)	(15 741,40)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		436 383,67	54 258,60
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		73,34	13 473,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 337,06	73,34

O Contabilista Certificado

NIF/ Matricula
506 753 905

A Direcção



Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial da Vila de Salzedas é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, com sede na Av. Manuel Pinto Lucena nº 26 3610-073 Salzedas, na Freguesia de Salzedas, Concelho de Tarouca. Tem como atividade apoio aos idosos com as seguintes valências protocoladas com o Instituto de Segurança Social:

- Centro de dia;
- Apoio domiciliário;

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o

nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 11 e 18) e "Diferimentos" (Nota 12) se existirem.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes/financiadores e outros utilizadores da informação económico-financeira.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância do ativo e passivo serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the text "Basta" and "alguém?".

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "H. T.", "B. B.", "H. C.", and "Edgar D. M.", located in the top right corner of the page.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos bens são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.



3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “*Aumentos/reduções de justo valor*”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo. Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Variação de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

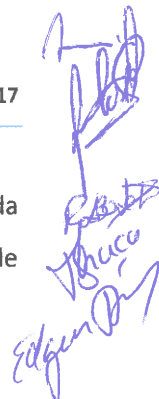
3.2.4. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'Alfonso' and other illegible marks.



As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “*utentes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

E/ou

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou



- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público o edifício onde pratica a sua atividade social:

Nome	Valor Contabilístico
Centro Social e Paroquial da Vila de Salzedas	576.384,21€

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” nos períodos de 2015 e 2016, não se verificaram movimentos.

Handwritten signature and initials in blue ink.

6. Locações

No ano de 2016 e em 2017 verificaram -se os seguintes movimentos nesta rúbrica:

Ano de 2016

Ativo Corrente	Valor de aquisição	Depreciação do ano	Depreciações acumuladas	Valor Líquido
Viatura Ligeira 60-PU-28	11.045,11€	2.761,28€	3.681,71€	7.363.40€
Viatura Ligeira 23-PX-16	17.536,24€	4.384,06€	5.845.41€	11.690.83€
Total	28.581,35€	7.145,34€	9.527,12	19.054,23€

Ano de 2017

Ativo Corrente	Valor de aquisição	Depreciação do ano	Depreciações acumuladas	Valor Líquido
Viatura Ligeira 60-PU-28	11.045,11€	2.761,28€	6.442,99€	4.602,12
Viatura Ligeira 23-PX-16	17.536,24€	4.384,06€	10.229.47€	7.306,77€
Total	28.581,35€	7.145,34	16.672,46€	11.908.89

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "Truca" and "Edy" visible.

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica dos empréstimos obtidos e locações financeiras decompõem-se da seguinte forma em comparação com o ano de 2016:

	Valor Contrato	Gastos 2017	Gastos 2016
Empréstimos Bancários			
Crédito Agrícola, S.A.	100.000,00€	Amortizado	6.113,91€
Crédito Agrícola, S.A.	150.000,00€	Amortizado	9.041,69€
Crédito Agrícola, S.A.	70.000,00€	Amortizado	
Crédito Agrícola S.A Nº 56062231090	320.000,00€		15.123,46€
Locações Financeiras			
Viatura Ligeira 60-PU-28 Contrato nº 19991	11.045,11€	190,72€	226,13€
Viatura Ligeira 23-PX-16 Contrato nº 19992	17.536,24€	303,38	359,17€
Total	348.581,35€	494,10€	15.741,40€

8. Rédito/Rendimento

No ano de 2017 e 2016 esta rubrica apresenta a seguinte discriminação:

Rubricas	2017	2016
Prestação de Serviços		
Mensalidade dos Utentes	51.444,45€	34.472,00€
Promoções para captação de recursos	1.300,00€	-
Subtotal	51.444,45€	34.472,00€
Subsídios		
Subsídios do estado e outros		
Instituto da Segurança Social	32.826,10€	29.326,29€
Instituto de Emprego e Formação Profissional	18.088,59€	22.075,99€

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Francisco' and 'Eduardo'.

Doações e Heranças	1.798,00€	645,00€
Subtotal	52.712,69€	52.047,28€
Outros rendimentos e ganhos		
Outros Rendimentos	24,11€	39,06€
Imputação de Subsídios ao investimento:	14.642,76€	14.078,28€*
Subtotal	14.666,87	14.117,34€
Total:	104.157,10€	100.636,62€

Handwritten signature and initials in blue ink.

*Relativamente à especialização no exercício dos subsídios ao investimento, no ano de 2015, procedemos aos reconhecimentos de todos na mesma percentagem da depreciação do edifício, ou seja 2%/ano. Relativamente ao Financiamento do PRODER 200.000,00€, no ano de 2016, conseguimos identificar, as várias componentes financiadas, conforme se demonstra de seguida:

Plano de Investimento			
Descrição	Montante	%	Valor
Obras	225.600,00 €	68,65%	137.303,04 €
Jumper	20.325,20 €	6,19%	12.370,18 €
Berlingo	16.260,16 €	4,95%	9.896,14 €
Equipamento	50.000,00 €	15,22%	30.430,64 €
Projeto Arquitetura	16.430,81 €	5,00%	10.000,00 €
Total	328.616,17 €	100,00%	200.000,00 €

Com base nesta informação procedemos ao reconhecimento deste financiamento em função das taxas de depreciação dos bens que este financiou, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Financiamento do PRODER - 200.000,00€

						2017	2016
Descrição	Montante	%	Valor	Taxa Depreciação	Subsídio a reconhecer/ano		
Obras	225.600,00 €	68,65%	137.303,04 €	2%	2.746,06 €	2.746,06 €	2.746,06 €
Jumper	20.325,20 €	6,19%	12.370,18 €	25%	3.092,54 €	3.092,54 €	3.092,54 €
Berlingo	16.260,16 €	4,95%	9.896,14 €	25%	2.474,04 €	2.474,04 €	2.474,04 €
Equipamento	50.000,00 €	15,22%	30.430,64 €	10%	3.043,06 €	3.043,06 €	3.043,06 €
Projeto Arquitetura	16.430,81 €	5,00%	10.000,00 €	2%	200,00 €	200,00 €	200,00 €
Total	328.616,17 €	100,00%	200.000,00 €		11.555,70 €	11.555,70 €	11.555,70 €
Subsídio por reconhecer						175.555,27€	187.110,97 €

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 o saldo desta rubrica decompõem-se da seguinte forma:

Entidade	Finalidade	2017	2016
Segurança Social - Protocolo Cooperação Instituto de Emprego e Formação Profissional	Compensação para Centro de Dia e Apoio Domiciliário	32.826,10€	29.326,29€
	Medidas Emprego/Estágios	18.088,59€	22.075,99€
Total:		50.914,69€	51.402,28€

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2017 foram, respetivamente "5".

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de dez, sendo que 7 das quais estavam ao abrigo de medidas de emprego CEI e CEI+ e Jovem ativo.

Em 31/12/2017 o número de foi de 7, sendo que 5 das quais estavam ao abrigo de medidas de emprego CEI e CEI+, 1 em regime de Contrato sem termo na Categoria de Diretor Técnico e 1 em regime de Contrato sem termo na Categoria de Cozinheira.

Os gastos incorridos pela Entidade:

Gastos com o Pessoal	2017	2016
Remunerações do Pessoal	19.234,38€	12.662,33€
Remunerações ao pessoal Bolsa IEFP	21.317,51€	18.609,39€
Encargos com Remunerações	4.965,67€	2.584,34€
Seguros	494,37€	1.246,20€
Outros gastos	-	12,81€
Total	46.011,93€	35.115,07€

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "Balete" and "Macedo".

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Fundos Patrimoniais

E m 31 de dezembro de 2016 e 2017 esta rúbrica apresentava a seguinte decomposição:

Fundos Patrimoniais	2017	2016
Fundos	259,87€	485,65€
Resultados transitados	-44.943,90€	-31.309,33€
Outras Variações nos fundos patrimoniais	324.708,66€	309.851,42€
Total	280.024,63€	279.027,74€

12.2. Fornecedores, membros, outras contas a receber e a pagar e pessoal

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, as rúbricas de fornecedores, membros, outras contas a pagar a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
ATIVOS		
Utentes/Clientes	510,60€	-
Outras contas a receber	33.899,51€	15.351,14€
Total do Ativo	34.410,11€	15.351,14€
PASSIVOS		
Fornecedores correntes	2.154,40€	4.195,95€
Outras Contas a pagar	6.885,56€	5.128,03€
Remunerações a pagar	3.599,11€	2.667,61€
Total do Passivo	9.039,96€	9.323,98€

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "Lucena" and a date "31/12/17".

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2017	2016
Ativos		
Seguros	1.566,36€	611,21€
Prestação de serviços de fornecedores	-	4.240,66€
Total	1.566,36€	4.851,87€
Passivos		
Rendimentos a reconhecer (IIIFP)	9.432,50€	4.883,09€

Handwritten notes:
 2
 B. Costa
 Khaco
 Elyan Da

12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2017 encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Depósitos à Ordem	2.337,06€	73,34€
Total	2.337,06€	73,34€

12.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
IVA – Reembolsos Pedidos	538,90€	561,35€
Passivo		
Encargos com Remunerações	484,89€	307,88€

12.6. Fornecimentos e Serviços externos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Conta	Descrição da Rubrica	2017	2016
62	Fornecimentos e serviços externos	24.425,03€	17.144,16€
622	Serviços especializados	6.141,76€	4.121,92€
6221	<i>Trabalhos especializados</i>	<i>1.200,00€</i>	<i>1.422,75</i>
6222	<i>Publicidade e propaganda</i>	<i>219,92€</i>	<i>246,00€</i>

6223	Vigilância e Segurança	49,20€	49,20€
6224	Honorários		42,98€
6225	Comissões	17,00€	-
6226	Conservação e reparação	1.929,17€	638,03€
6227	Serviços bancários	2.726,47	1.722,96€
623	Materiais	1.514,48€	893,74€
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	290,66€	332,63€
6232	Livros e documentação técnica	-	60,89€
6233	Material de escritório	657,58€	500,22€
6234	Artigos para oferta	30,00€	-
6236	Material ortopédico	193,00€	-
624	Energia e fluidos	10.090,86€	7.181,77€
6241	Eletricidade	4.580,91€	4.427,78€
62421	Combustíveis	4.971,52€	2.753,99€
62423	Gás	538,43€	-
625	Deslocações, estadas e transportes	115,13€	78,20€
626	Serviços diversos	6.562,80€	4.868,53€
6261	Rendas e Aluguers	67,65€	49,20€
6262	Comunicação	966,21€	875,98€
6263	Seguros	1.756,80€	
62632	Seguros - ramo acidentes pessoais	840,71€	
62635	Seguros - ramo viaturas	866,28€	1.074,51€
62639	Seguros - ramo Multiriscos	49,81€	
6265	Contencioso e notariado	37,22€	459,00€
6267	Limpeza, higiene e conforto	3.734,92€	2.409,84€

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "João" and other illegible marks.

12.7. Outros Gastos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Conta	Descrição da Rubrica	2017	2016
681	Outros Gastos		
6811	Impostos Diretos	24,60€	250,61€
6812	Impostos Indiretos	904,46€	969,39€
6813	Taxas	-	2,81€
6881	Correções relativas a período anterior	574,81€	550,48€
6917	Juros locação financeira	-	585,80€

68881	Multas e Penalidades	250,20€	-
	Total	1.754,07€	2.359,10€

12.8. Gastos reversões de depreciação ou amortização

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Conta	Descrição da Rubrica	2017	2016
64	Gastos de depreciação e de amortização		
642	Ativos fixos tangíveis		
6423	Outros ativos fixos tangíveis		
64232	Edifícios outras construções	10.806,31€	10.806,31€
64233	Equipamento básico	6.687,01€	5.454,84€
64234	Equipamento de transporte	7.145,34€	7.145,34€
64235	Equipamento administrativo	709,34€	709,34€
	Total	25.347,96€	24.115,83€

12.9. Outros Passivos Correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar	3.286,45€	2.667,61€
Acréscimo de Gastos		
Remunerações a liquidar (subsídio Férias)	3.599,11€	1.883,42€
Cientes	-	577,00€
Total	6.885,56€	5.128,03€

12.10. Outros ativos Correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Fornecedores	183,15€	627,12€
Outros devedores por acréscimo de rendimentos	-	955,00€
Adiantamentos ao Pessoal	16.640,15€	
Outros devedores e credores		
Instituto de Emprego e Formação Profissional	14.076,21€	13.769,02€
Município de Tarouca	3.000,00€	
Total	33.899,51€	15.351,14€

12.11. Situação dos contratos de empréstimo e locações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

2016				
	Valor Contrato	Anos de Contrato	Amortização de capital	Valor atual
Empréstimos Bancários				
Crédito Agrícola, S.A.	100.000,00€	10 anos	1.232,00€	99.226,81€
Crédito Agrícola, S.A.	150.000,00€	10 anos	773,19€	148.768,00€
Crédito Agrícola, S.A.	70.000,00€	10 anos		70.000,00€
Subtotal			2.005,19€	317.994,81€
Locações Financeiras				
Viatura Ligeira 60-PU-28	11.045,11€	6 anos	1.279,75€	7.535,49€
Viatura Ligeira 23-PX-16	17.536,24€	6 anos	2.036,25€	11.985,64€
Subtotal			3.316,00€	19.521,13€
Contas Caucionadas				
51008872972	-	-	-	5.250,00€
Total	348.581,35€		5.321,19€	342.765,94€

2017				
	Valor Contrato	Anos de Contrato	Amortização de capital	Valor atual
Empréstimos Bancários				
Crédito Agrícola S.A Nº 56062231090	320.000,00€	10 anos	0,00€	320.000,00€
Locações Financeiras				
Viatura Ligeira 60-PU-28	11.045,11€	6 anos	1.487,35€	6.048,14€
Viatura Ligeira 23-PX-16	17.536,24€	6 anos	1.920,35€	10.065,29€
Subtotal			3.407,70€	16.113,43€
Contas Caucionadas				
51008872972			-	-
Total	348.581,35€		3.407,70€	336.113,43€

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: A large signature.
 - Middle right: "Estadística" and "Gracia".
 - Bottom right: "Elym" and a circular stamp.

A entidade contratou um empréstimo no valor de 320.000,00€ para pagamento dos 3 empréstimo que tinha no ano de 2016 para pagamento de uma só prestação e com objetivo de melhorar as condições financeiras associadas.

12.12. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25.310,52€	20.381,44€
Total	25.310,52€	20.381,44€

12.13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo

Diogo Gonçalves no dia ____ de março de 2018.

Tarouca, 15 de Março de 2018

A Direção do Centro Social e Paroquial da Vila de Salzedas

Adriano F. P. L.
(Presidente)

Presália Luana Botto
(Secretário)

Luís Manuel Pereira Pereira
(Tesoureiro)

(Vogal)

Maria da Graça Correia Guedes Ferreira

(Vogal)

O conteúdo desta certificação

é genuíno